

05.02 2026

14:30 — 17:00

Academy of Sciences of Lisbon

Open access to scientific knowledge is essential for innovation, democracy, and societal progress.

This event will present and discuss a proposal for the adoption of the Secondary Publication Right in Portugal, aligned with the evolution of European Open Science policies.

Science for all.
Knowledge for all.

CONFERENCE ON THE SECONDARY PUBLICATION RIGHT

Building an Open Knowledge Ecosystem
in the European Union



Organization



Associação Portuguesa de
Bibliotecas, Bibliotecários,
e Documentalistas



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Universidade de Lisboa



NXVA
NÃO EXISTE VIDA SEM
A CÉLULA

Collaboration



Sponsor



objetivos

Apresentar a visão da Comissão Europeia para a Ciência Aberta e as suas iniciativas no domínio do Acesso Aberto, incluindo estudos sobre o direito de publicação secundária.

Divulgar a proposta da sociedade civil e da academia portuguesa de introdução de um direito e de uma obrigação de publicação secundária em repositórios de Acesso Aberto.

Promover um diálogo multissetorial entre decisores políticos, financiadores, investigadores e defensores do Acesso Aberto sobre os próximos passos para a implementação de mecanismos legais de publicação secundária.

programa

14:30 BOAS VINDAS

José Francisco Rodrigues, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

14:40 ABERTURA

A visão europeia para a Ciência Aberta,

Manuel Aleixo, Comissão Europeia

Evolução recente da política europeia de Ciência Aberta e perspectivas sobre o enquadramento legislativo do Acesso Aberto, com enfoque no Direito de Publicação Secundária.

A visão global da Ciência Aberta,

Shaofeng Hu, UNESCO

Apresentação dos princípios e da visão refletidos na Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta e a sua relevância para a Europa e as reformas nacionais.

15:20 APRESENTAÇÃO

Uma proposta de intervenção legislativa em Portugal,

Maria Fernanda Rollo, NOVA de Lisboa

16:00 MESA-REDONDA

Ciência para todos: a urgência do Direito de Publicação Secundária

Moderadora: Teresa Nobre, COMMUNIA

Oradores

Martin Senftlebe, IViR da Faculdade de Direito de Amesterdão

Delfim F. Leão, Vice-Reitor U de Coimbra

Eloy Rodrigues, Universidade do Minho | BAD

João Nuno Ferreira. Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

17:00 ENCERRAMENTO

05.02 2026

14:30 — 17:00

Academy of Sciences of Lisbon

Open access to scientific
knowledge is essential for
innovation, democracy,
and societal progress.

This event will present
and discuss a proposal for
the adoption of the
Secondary Publication
Right in Portugal, aligned
with the evolution of
European Open Science
policies.

Science for all.
Knowledge for all.

CONFERENCE ON THE SECONDARY PUBLICATION RIGHT

Building an Open Knowledge Ecosystem
in the European Union



Organization



Associação Portuguesa de
Bibliotecas, Bibliotecários,
e Documentalistas



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Universidade de Lisboa



NXVA
NÃO VAMOS VENDER A NÓS
DE FÉRMICA

Collaboration



Sponsor



Publicação secundária em acesso aberto: um direito e uma obrigação

Proposta de introdução de mecanismos legais

- Ciência Aberta – acesso aberto – desafios persistentes
- União Europeia – “quinta liberdade”
- UNESCO – objetivos globais
- Experiências nacionais (Áustria, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Eslovénia, Espanha e França)
- Histórico – percurso – condições nacionais

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos do disposto no presente diploma, considera-se:

- a) “Beneficiário do financiamento”;
- b) “Entidade financiadora”;
- c) "Investigação com financiamento público";
- d) “Publicação científica”;
- e) “Plataforma de acesso aberto”.

Artigo 2.º

Direito de publicação secundária

- a) O autor de publicação científica resultante de investigação com financiamento público mantém o direito de a colocar à disposição do público, imediatamente após a sua publicação, numa plataforma de acesso aberto.
- b) O direito previsto no n.º 1 é irrenunciável e inalienável.
- c) O presente artigo aplica-se à versão final publicada.
- d) As disposições contratuais contrárias ao previsto neste artigo não produzem efeitos.

Artigo 3.º

Obrigações de publicação secundária

- a) A publicação científica resultante de investigação com financiamento público deve ser disponibilizada ao público, imediatamente após a sua publicação, numa plataforma de acesso aberto.
- b) A obrigação prevista no n.º 1 deve ser cumprida pelo beneficiário do financiamento.
- c) Os beneficiários do financiamento devem assegurar que conservam os direitos necessários para o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1.
- d) O presente artigo aplica-se a conteúdos incluídos na publicação científica sujeitos a direitos de autor ou direitos conexos de terceiros, desde que a utilização seja autorizada por terceiro ou permitida por lei, nomeadamente ao abrigo do direito de citação ou de outras utilizações livres.
- e) As disposições contratuais contrárias ao previsto neste artigo não produzem efeitos.

Artigo 4.º

Direitos e deveres da entidade financiadora - ef

- a) A ef deve informar os beneficiários de financiamento público dos direitos e obrigações previstos nos artigos 2.º e 3.º do presente diploma.
- b) A ef deve implementar os mecanismos adequados e necessários à promoção do cumprimento da obrigação prevista no artigo 3.º pelos beneficiários do financiamento.
- c) A ef de publicação científica resultante de investigação com financiamento público tem o direito de a colocar à disposição do público numa plataforma de acesso aberto, após decorrido um prazo de X dias após a sua publicação.
- d) A ef que pretenda exercer o direito previsto no número anterior deve consultar o beneficiário do financiamento sobre a licença aberta adequada ao abrigo da qual a entidade financiadora poderá disponibilizar ao público a publicação científica resultante de investigação com financiamento público.

Signatários

Ana Alves Pereira, BAD

Cristina Caldeira, Universidade Europeia e LA TERRA

Delfim F. Leão, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

Eduardo Santos, Knowledge Rights 21

Eloy Rodrigues, BAD e Universidade do Minho

Fernanda Rollo, Universidade NOVA de Lisboa e LA TERRA

Giulia Piora, Universidade NOVA de Lisboa

Maria Manuel Borges, Universidade de Coimbra

Paula Meireles, BAD

Rute Correia, Associação D3

Teresa Nobre, COMMUNIA

O direito de publicação secundária tem um significado decisivo.

Ao garantir que os autores podem disponibilizar em acesso aberto os resultados da investigação financiada com fundos públicos, este mecanismo jurídico reequilibra relações de poder e reafirma o primado do interesse público.

<https://www.secondarypublication.com>

